

Data/horário: 16 de maio de 2017, das 9h às 17h.

Local: Ministério do Meio Ambiente, SEPN 505, bloco B, 1º andar, sala CT-01.

Abertura: Everton Lucero, Secretário de Mudança do Clima e Florestas (SMCF/MMA)

Condução da reunião: Jair Schmitt, Diretor do Departamento de Florestas e de Combate ao Desmatamento (DFCD/SMCF/MMA)

Elaboração da memória: Secretaria Executiva do PPCDAm e PPCerrado (DFCD/MMA)

Participantes: Lista de presença em anexo.

1. Abertura e apresentação dos pontos de pauta

- A reunião teve início com a fala do Secretário de Mudança do Clima e Florestas, Everton Lucero, que apresentou o novo Diretor do Departamento de Floresta e de Combate ao Desmatamento, Sr. Jair Schmitt, e agradeceu as contribuições realizadas pela ex-Diretora Thelma Krug. Em seguida, informou sobre a aprovação do novo documento de Diretrizes e Critérios para Aplicação de Recursos do Fundo Amazônia (biênio 2017/2018), aprovado na última reunião do Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA) e destacou a possibilidade de o auxílio a implementação do Sinaflor nos estados e o apoio à implementação dos Planos Estaduais de Prevenção e Controle do Desmatamento (PPCDs), a previsão de chamadas públicas para apoio a cadeias produtivas da sociobiodiversidade, aos municípios, aos assentamentos e à restauração florestal. Chamou a atenção para a manutenção da cláusula de excepcionalidade para projetos de fiscalização, nos quais a comprovação de adicionalidade não se aplica. Informou também sobre a criação do Comitê Permanente de Combate ao Desmatamento no âmbito do Ministério do Meio Ambiente e da iniciativa da Casa Civil em criar um projeto específico para tratar do desmatamento, tornando este um assunto prioritário dentro do núcleo do governo. Em seguida, passou para a apresentação da pauta, destacando o relato dos trabalhos das Câmaras Temáticas criadas pela Comissão e a submissão da aprovação da pauta e da memória da 1ª Reunião da Comissão Unificada.

2. Pauta

Horário	Atividade
9h00	Abertura – Secretário da SMCF: Everton Lucero
9h30	Aprovação da memória da 1ª reunião (16 de março de 2017)
9h40	Apresentação dos dados do desmatamento (<i>Dalton Valeriano, INPE</i>)
10h00	Apresentação dos Estados sobre seus Planos de Prevenção e Controle do Desmatamento - <i>Ronaldo Lima, representante do Fórum de Secretários de Meio Ambiente da Amazônia</i>
10h30	Informe do Ministério do Planejamento sobre reunião de compras públicas (<i>Raquel Oliveira, MP</i>)
10h40	Informe sobre a Câmara Temática de Manejo e Controle Florestal (apresentação das ideias, plano de trabalho e iniciativas de curto prazo para redução do desmatamento). <i>Coordenadores: SFB e MMA</i>
11h00	Informe sobre a Câmara Temática de Unidades de Conservação (apresentação das ideias, plano de trabalho e iniciativas de curto prazo para redução do desmatamento). <i>Coordenadores: ICMBio</i>
11h20	Informe sobre a Câmara Temática de Monitoramento e Fiscalização Ambiental (apresentação das ideias, plano de trabalho e iniciativas de curto prazo para redução do desmatamento). <i>Coordenadores: Ibama</i>
11h40	Comentários e sugestões sobre as Câmaras Temáticas
12h00	Almoço
14h00	Apresentação sobre o Programa Terra Legal (<i>Sorrival Lima, SERFAL</i>)

Horário	Atividade
14h30	Discussão sobre a minuta de Portaria para formalização da Comissão Executiva Unificada
15h00	Monitoramento dos Planos (Indicadores e linhas de ação)
16h30	Discussão e encaminhamento das atividades de monitoramento
16h50	Encaminhamentos e sugestões de para a próxima reunião
17h00	Encerramento

- Foi solicitada e aprovada uma inversão de pauta, transferindo o informe do Ministério do Planejamento sobre reunião de compras públicas (*Raquel Oliveira, MP*) para logo após a aprovação da memória.
- O GSI/PR solicitou a inclusão de discussão sobre a criação de uma quarta Câmara Temática com o objetivo de discutir as consequências sociais decorrentes do combate do desmatamento, considerando que muitas famílias são afetadas pelas ações de comando e controle, e que não são ofertadas alternativas de sustento a elas.

3. Informe do Ministério do Planejamento sobre reunião de compras públicas - *Raquel Oliveira (MP)*

- O **MP** informou sobre a realização de reunião com a Secretaria de Gestão, responsável pela agenda de compras públicas, na qual foi pensada uma agenda de trabalho de curto e médio prazo, destacando três atividades: i) identificação de pontos na legislação que não incentivam ou desestimulam a aquisição de produtos advindos do manejo florestal sustentável; ii) identificação de questões processuais que são entraves para aquisição destes mesmos produtos e iii) um levantamento da demanda governamental pela compra de madeira.
- O **MMA** indicou que a discussão sobre compras públicas está sendo trabalhada em conjunto com a Câmara Temática de Manejo Florestal com o objetivo de estruturar a cadeia da madeira.
- A **SEAD/CC/PR** lembrou que existem outras políticas públicas que fomentam o uso da madeira, e citou como exemplo o Minha Casa Minha Vida, que pode ser trabalhado de forma a incentivar o uso de madeira certificada.

4. Apresentação dos dados do desmatamento - *Dalton Valeriano (INPE)*

- O **INPE** apresentou os dados e a metodologia do DETER, indicando ser um ano atípico em que a cobertura de nuvens na Amazônia aumentou muito em relação ao ano anterior. Destacou o aumento na área degradada e apresentou o tempo de processamento e disponibilização dos dados ao IBAMA. Informou que os dados consolidados do PRODES já estão finalizados e já foram encaminhados ao MCTIC para divulgação.
- O **CENSIPAM/MD** informou que as informações de desmatamento obtidas por Radar estavam em período de teste, mas que devem estar disponíveis nos próximos meses, e que irá implementar as negociações para disponibilização das informações.

5. Apresentação dos Estados sobre seus Planos de Prevenção e Controle do Desmatamento - *Ronaldo Lima, representante do Fórum de Secretários de Meio Ambiente da Amazônia.*

- O Sr. Ronaldo Lima apresentou os números decorrentes da fiscalização de cinco estados da Amazônia Legal: Amazonas, Rondônia, Roraima, Tocantins e Pará. Destacou os investimentos realizados pelos estados no combate ao desmatamento e a realização de ações integradas com outras instituições, o que tem contribuído para o aumento do número de apreensões nos estados. Destacou a criação do Centro de Monitoramento Ambiental, implementado no estado do Pará, e os investimentos em tecnologias aplicados pelo estado com o objetivo de melhorar o monitoramento e

a fiscalização. Apontou também a forma de seleção das áreas prioritárias realizadas pelo estado. Por fim, informou que o Centro está disponível para o monitoramento dos demais estados e que as imagens adquiridas ficaram disponíveis para outras instituições, mas ponderou que a ideia é que cada estado adquira suas próprias imagens. Citou ainda que a maioria do contingente dos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente está direcionado para o licenciamento ambiental, o que compromete uma maior atuação na fiscalização ambiental.

- O **INPE** questionou sobre o valor investido para aquisição de imagens pelo estado do Pará.
- O Sr. Ronaldo Lima informou que as imagens serão adquiridas pelo MMA, com recursos do Fundo Amazônia e outras fontes.
- O **Ibama** ressaltou a importância das ações conjuntas dentro dos estados, e usou como exemplo de Rondônia, que obteve bons resultados após realizar um convênio entre instituições que agem na aplicação de sanções administrativas e criminais, que são ações complementares. Destacou também que, por serem ações imediatas, a apreensão e os embargos são mais efetivos do que a aplicação de multa, e são instrumentos que devem ser melhor aproveitados.

6. Informe sobre a Câmara Temática de Manejo e Controle Florestal - Coordenadores: SFB e MMA

- O **SFB** iniciou indicando a sobreposição de alguns assuntos tratados por esta Câmara com a Câmara de Fiscalização, devido à necessidade de compatibilizar o fomento ao manejo com a implementação de medidas de dissuasão daquela exploração ilegal e degradadora da floresta. Atualmente, a madeira ilegal inunda o mercado, inviabilizando o manejo florestal sustentável. Em seguida, apresentou a agenda prioritária de atuação da Câmara Temática (CT), fruto da 1ª reunião realizada no dia 12 de maio de 2017. A CT elencou nove temas prioritários a serem tratados, que são: Compras Públicas, Financiamento para Planos de Manejo Florestal Sustentável, Fundo Amazônia, Normas, Acordos Setoriais, Governança e transparência, Tributação, Articulação institucional e Controle da extração ilegal de madeira. Cada um destes temas foi detalhado com as linhas de ação propostas e instituições responsáveis pela condução do trabalho.
- O **MMA** destacou que a economia florestal é um tema prioritário para o ministério e o tema deve ser pensado também em termos de arrecadação de impostos e como uma forma de atrair o setor privado para parceiro no combate ao desmatamento. Ressaltou que o manejo florestal sustentável é, sobretudo, uma estratégia de conservação da Amazônia. Pontuou ainda a situação crítica da degradação florestal, um indício da exploração ilegal de madeira, que chega a mais de 20.000 km², segundo os dados do INPE. É preciso, portanto, tornar o mercado de madeira tropical, que tem alto potencial, um negócio legal e sustentável que proteja a floresta e contribua para a economia local e nacional. Destacou ainda que o mercado ilegal implica em perda de arrecadação de ICMS, em quantias substanciais. Por meio de um cálculo aproximado, considerando que sejam extraídos cerca de 10 milhões de m³ por ano e que se estima que 50% desse montante seja ilegal, tem-se, aproximadamente, uma sonegação de R\$ 1 bilhão (para um preço médio de R\$ 200/m³). É, portanto, não só uma questão ambiental promover e profissionalizar o setor madeireiro por meio da legalidade e da sustentabilidade do Manejo Florestal Sustentável, mas também uma questão econômica.
- O **Ibama** lembrou da importância que os estados têm na fiscalização dos planos de manejo florestal e lembrou que o Fundo Amazônia oferece recursos para projetos de manejo e controle florestal.
- O representante do **Fórum de Secretários de Meio Ambiente da Amazônia** relatou a iniciativa do estado do Pará em instalar GPS em todos os caminhões de transporte de madeira e do “cercamento” eletrônico das áreas manejadas, e colocou-se à disposição para apresentar essa iniciativa na Câmara Temática de Manejo Florestal.
- A **Casa Civil** destacou a importância do envolvimento dos Secretários de Fazenda Estaduais, para

atuação do ponto de vista de arrecadação e geração de empregos no setor florestal.

7. Informe sobre a Câmara Temática de Unidades de Conservação - Coordenadores: ICMBio

- O **ICMBio** informou que a instituição, junto com o MMA, agendou reunião para delimitar os objetivos desta Câmara Técnica pois a visão é que não se pense apenas na criação de Unidade de Conservação, mas na gestão do território como um todo. Na reunião, será discutida a composição da Câmara e agenda. Informou sobre a agenda do ICMBio para semana do meio ambiente, onde a proposta é criar ou ampliar nove unidades de conservação, sendo 3 na Amazônia e 2 no Cerrado.
- O **MMA** lembrou da importância do envolvimento dos estados nas discussões.

8. Informe sobre a Câmara Temática de Monitoramento e Fiscalização Ambiental - Coordenadores: Ibama

- O **Ibama** apresentou as propostas discutidas pela Câmara Temática, destacando quatro pontos: i) a atuação imediata em três áreas críticas, a serem definidas em conjunto pelo Ibama, ICMBio, Polícia Federal e INPE; ii) a discussão sobre recurso orçamentário e pessoal a ser considerado na proposta de criação de um projeto específico para o desmatamento na Casa Civil; iii) o incentivo à participação dos estados nas discussões desta Câmara Temática; e iv) a vinculação da fiscalização com a investigação criminal de forma a otimizar os processos, dando mais visibilidade e efetividade as ações. Outros pontos destacados foram: a retomada da lista de municípios prioritários, incluindo uma lista positiva, com municípios que conseguem manter grandes áreas de remanescentes e baixo desmatamento; a necessidade de intervenção para melhoria do recebimento de dados de satélite utilizados no monitoramento; a necessidade de ajustar os ACTs com o CENSIPAM para recebimento dos dados de radar; e a necessidade de medidas junto ao Banco Central para coibir o uso de créditos da instituição para promover o desmatamento ilegal. Ressaltou ainda que a participação dos estados é fundamental, pois uma análise sobre a distribuição do desmatamento na Amazônia indica que 70% do desmatamento que ocorre é de competência originária dos estados. Apenas 20-25% da competência é primariamente federal.
- A **Casa Civil** informou que realizou três rodadas de reuniões para discutir o aumento do desmatamento e algumas medidas pontuais e de curto prazo para ajudar na redução. Informou também sobre a criação de um projeto específico para redução do desmatamento na instituição, a partir de um recorte do que já está elencado como prioritário pela quarta fase do PPCDAm (2016-2020), pensando em meta de curto prazo e ações necessárias com envolvimento da Casa Civil. Lembrou que a existência de projeto específico para este tema na Casa Civil significa a priorização do assunto para o órgão e um menor contingenciamento para as ações relacionadas ao tema, o que facilita a discussão sobre orçamento e pessoal. A nova frente de trabalho em apoio à implementação do PPCDAm será objeto de coordenação conjunta entre a Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais (SAG) e a Subchefia de Articulação e Monitoramento (SAM) da Casa Civil da Presidência da República.
- O **INPE** retomou a questão do monitoramento, lembrando que a instituição tem avançado também no monitoramento do Cerrado, já tendo entregue o nível de referência de emissões referente ao intervalo de 2000 a 2010. O mapeamento dos anos 2010-2013 e 2013-2015 já foram finalizados, com perspectiva de entrega dos anos 2011 e 2014 para fechar a série histórica. Informou também que o monitoramento contínuo do Cerrado deve estar disponível já para o ano de 2018.
- O **MMA** solicitou a participação dos estados já nas ações imediatas propostas pela Câmara Temática nas três áreas prioritárias a serem definidas.
- O **IBAMA** corroborou, ressaltando a importância da presença em campo e propôs reunião bilateral

para definir a atuação e compatibilização das ações federais e estaduais.

9. Comentários e sugestões sobre as Câmaras Temáticas

- O **GSI/PR** retirou a proposta de criação de Câmara Temática para discutir ações positivas, conforme proposto no início da reunião, ponderando ser necessário um levantamento inicial das políticas já existentes que possam contribuir para a redução dos impactos sociais decorrentes das ações de comando e controle, e sugeriu uma rodada de reuniões, convocadas pela Casa Civil com auxílio da GSI/PR.
- A **EMBRAPA** lembrou das atividades desenvolvidas no âmbito da Operação Arco Verde (Decreto nº 7.008/2009), que seguiam a mesma lógica da proposta feitas pelo GSI, levando diversos projetos aos municípios prioritários como assistência técnica e apoio às cadeias produtivas sustentáveis.
- A **SEAD/CC/PR** também se manifestou sobre a sua participação na Operação Arco Verde, uma estratégia de dar escala para o Eixo de Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis, na época enquanto parte do então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).
- O **CENSIPAM** lembrou que o Eixo de Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis do PPCDAm consiste justamente na estratégia do Governo Federal para construção de uma agenda positiva, de fomento às atividades econômicas, na Amazônia, em complemento às ações de fiscalização. Nesse sentido, já existe um histórico de monitoramento e implementação de políticas da agenda positiva no escopo do histórico do PPCDAm. Lembrou também que existe um Decreto vigente sobre a Operação Arco Verde, listando as instituições participantes, que poderia ser revisitado também.
- O **MMA** ressaltou que a priorização das ações já foi pactuada no Eixo de Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis do PPCDAm, lembrando que a elaboração do Plano contou com a participação de diversas instituições.
- A **Casa Civil** indicou que poderia assumir a iniciativa de reunir as instituições para uma primeira discussão, mas ressaltou que esta deve ser pautada pelas ações já prevista e pactuadas no Eixo de Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis do PPCDAm.

10. Apresentação sobre o Programa Terra Legal – Lariessa Soares (SERFAL)

- A **SERFAL/CC/PR** apresentou a situação atual do Programa, os resultados da Câmara Técnica de Destinação de Terras Públicas Federais (também criado no âmbito do PPCDAm) e os próximos passos dos trabalhos da SERFAL.
- A **Casa Civil** indagou sobre a possibilidade de destinar diretamente glebas federais para a concessão florestal.
- O **SFB** informou que essa possibilidade vem sendo estudada há anos, mas até o momento, não foi implementada e viabilizada.
- O **Ibama** destacou que a regularização fundiária é atividade fundamental na Amazônia, pois é um dos maiores problemas para a fiscalização na região, pela dificuldade de identificar quem é o real infrator ambiental.

11. Discussão sobre a minuta de Portaria para formalização da Comissão Executiva Unificada - Secretaria Executiva dos Planos

- A **Secretaria Executiva da Comissão** apresentou a minuta de Portaria com designação dos membros e convidados permanentes da Comissão Executiva Unificada e sobre seu funcionamento. As contribuições foram incorporadas ao texto que deverá seguir para análise da Consultoria Jurídica do Ministério do Meio Ambiente. Foi dado prazo até o dia 31 de maio para que as instituições encaminhem as indicações de representantes por ofícios à Secretaria Executiva da Comissão.

12. Monitoramento dos Planos (Indicadores e linhas de ação) - Secretaria Executiva dos Planos

- A **Secretaria Executiva da Comissão** apresentou as planilhas elaboradas com base no plano operativo do PPCDAm e PPCerrado, de forma a facilitar o monitoramento dos indicadores propostos pelas instituições. Indicou que algumas informações permaneciam incompletas e propôs uma rotina de trabalho para viabilizar a realização do monitoramento pela Secretaria Executiva, solicitando que cada instituição responsável pelos indicadores propostos nos Planos revise a planilha encaminhada e que apresentem de um balancete de seus indicadores na próxima reunião da Comissão Executiva Unificada. O foco é preencher as informações que caracterizam os indicadores (oriundos da ficha metodológica) e informar a série histórica do indicador, caso exista.

13. Encaminhamentos/decisões

- Para a próxima reunião da Câmara Temática de Manejo Florestal: **apresentação do sistema de monitoramento da madeira pelo Estado do Pará** (responsável: Sr. Ronaldo Lima);
- Realização de **reunião bilateral entre Ibama e Estados** para articular a realização das ações de fiscalização integradas imediatas nas áreas prioritárias (trabalho que responde tanto aos encaminhamentos da Câmara Temática de Fiscalização quanto da prioridade de dar respostas rápidas solicitada pela Casa Civil);
- Aos membros e convidados permanentes: Enviar, **até o dia 31 de maio, as indicações de representação institucional (titular e suplente) para fins de designação** na Portaria de formalização da composição.
- **Indicadores e ações:** preenchimento dos campos vazios da planilha e informação sobre a existência ou não de série histórica dos indicadores, indicando o período caso exista (Planilha anexa com instruções). O mapeamento das ações e recursos será relevante para mapear as insuficiências e prioridades.
- **Próxima reunião** para final de junho ou início de julho.
- **Sugestões de Pauta para a próxima reunião** (aberta a outras sugestões):
 - Apresentação dos Indicadores pelas instituições;
 - Informe do resultado das reuniões na Casa Civil;
 - Informes das Câmaras Temáticas e da Câmara Técnica de Destinação de Terras Públicas;
 - Informe sobre discussão da agenda positiva do Eixo de Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis;
 - Apresentação do Projeto SIPAM-SAR pelo CENSIPAM
 - Informe sobre Grupo de Trabalho da Soja

Brasília, 17 de maio de 2017.

Secretaria Executiva do PPCDAm e PPCerrado
Departamento de Florestas e de Combate ao Desmatamento
Ministério do Meio Ambiente